

Tradução de: PIRENNE, Henri. L'instruction des marchands au Moyen Age. **Annales économiques et sociales**, Paris, t. I, p. 13-28, 1929.¹

A instrução dos mercadores na Idade Média

Todo comércio, ainda que pouco desenvolvido, supõe necessariamente um certo grau de instrução entre aqueles que se dedicam às lides mercantis: não se pode conceber sua prática mínima sem a utilização da correspondência e do cálculo. Evidentemente pode suceder que a paixão do ganho seja suficiente para o espírito dos negócios e, graças ao favor das circunstâncias, permita elevar à fortuna um ou outro iletrado.² Poderiam ser citados outros exemplos, mas eles nada provariam. Em uma época de avançado desenvolvimento econômico, a ignorância do arrivista é bastante relativa. Suas faltas são compensadas pelos conhecimentos dos colaboradores empregados e chefiados pelo comerciante.

Pode-se afirmar que a instrução dos mercados em uma dada época é determinada pela atividade econômica dessa época. Ela é mesmo um certo índice. É fácil constatar que ela evolui de acordo com o movimento comercial. Se ela nunca foi tão aperfeiçoada como atualmente, é porque o trânsito e o tráfico nunca tiveram a grandeza que possuem nos dias de hoje. O que é verdade nos nossos tempos sempre o foi. Sabemos que os negociantes do Egito e da Babilônia foram pessoas instruídas e que nosso sistema de escrita é uma invenção dos fenícios, um povo essencialmente mercantil. Até o fim da antiguidade, a vida econômica do mundo mediterrâneo manteve tanto escribas e escriturários quanto marinheiros. É somente quando o comércio se reduz à decadência que caracteriza os primeiros séculos da Idade Média, que ele cessa de exigir o auxiliar, até então indispensável, da pena.

Nos pequenos mercados dos burgos dos séculos IX e X, as transações miseráveis, que substituíram os grandes negócios antigamente realizados, eram efetuadas de viva voz e à vista, em dinheiro. Assim como o capital, a instrução desapareceu entre os comerciantes, tornando-se mais rara do que a circulação monetária. Não se vendia ou comprava mais do que somas ínfimas. Nada de crédito. Não se elaboravam mais contratos, nem se correspondiam mais entre as cidades. Para relembrar os poucos fundos das dívidas, não havia mais necessidade de recorrer à escrita. Bastavam riscos traçados a giz sobre uma placa ou com estilete em tábuas de cera, ao menos quando alguém não preferia "entalhar" ranhuras em uma haste de

¹ Esta obra literária é de domínio público e foi digitalizada pela Universidade Livre de Bruxelas. Original em francês disponível em: http://digistore.bib.ulb.ac.be/2006/a12977_000_f.pdf

² Ver em *Le curé de campagne*, de Balzac, a história dos Sauviat. Em condições muito diferentes, uma boa quantidade de iletrados enriqueceu durante a guerra. [Nota do tradutor: há uma pequena confusão no título da obra citada de Balzac, cujo título correto é *Le curé de village: scène de la vie de campagne* (1841)].

madeira. Os homens que os textos coevos denominavam *mercatores* eram simples camponeses, que conduziam uma vez por semana ao mercado do burgo vizinho alguns ovos, legumes e aves, ou então eram vendedores ambulantes, carregando uma barraca onde expunha à venda o pobre conteúdo heterogêneo à porta das igrejas, nos dias de peregrinação.³ Somente um pequeno número de judeus, vindos da Espanha em sua maioria, praticava esporadicamente a importação de especiarias e de tecidos preciosos de origem oriental. O fraco volume desses produtos de luxo permitia transportá-los facilmente e sua escassez garantia grandes lucros. Sem dúvida, as tradições e culturas comerciais foram conservadas pelos israelitas em suas relações constantes com seus correligionários das regiões islâmicas ou bizantinas. Mas sendo muito pouco numerosos, muito diferentes da população, ademais muito detestados por conta de sua religião, eles não exerceram nenhuma influência sobre o comércio nativo. Em suma, desde os primórdios da época carolíngia, o comércio subsiste principalmente nas mãos dos iletrados.

É interessante questionar durante quanto tempo essa situação se prolongou. Pois se admitirmos como se pretende que ela durou até o fim da Idade Média,⁴ por consequência, apesar das aparências, a época que testemunhou a constituição das cidades o desenvolvimento das primeiras indústrias da Europa não teria ultrapassado, em suma, o estágio de uma organização comercial completamente rudimentar. Conhecemos suficientemente essa organização para poder afirmar que era mais avançada do que determinadas teorias desejam reconhecer. Ainda assim pouco se tratou até aqui de saber em que medida os mercadores que criaram essa organização eram instruídos e qual a natureza da instrução que eles haviam recebido. A questão merece a atenção, pois por ela se pode obter, como é bastante evidente, uma apreciação mais exata do progresso e das condições da vida econômica medieval.

Ao consagrar as páginas seguintes, não pretendi (deveria dizê-lo?) senão trazer uma modesta contribuição. Para tratá-la como merece, pesquisas mais extensas que as que fiz são indispensáveis. Da mesma forma, meu objetivo é assinalar a importância de um tema bastante negligenciado. Toda investigação inicial em um terreno virgem

³ H. Pirenne, *Les villes du moyen âge* [As cidades da Idade Média], Bruxelas, 1927, p. 27 e seguintes. Nada é mais instrutivo do que um estudo detalhado sobre os supostamente mercadores do período de estagnação econômica dos séculos XVIII ao XI.

⁴ W. Sombart, *Modernes Kapitalismus*, t. I, 4ª edição, p. 295. Pode-se encontrar na obra recente de M. Fritz Rösig, *Hansische Beiträge zur Deutschen Wirtschaftsgeschichte* [Contribuições hanseáticas para a história econômica alemã], Breslau, 1928, p. 191, 219, 234, excelentes observações sobre a impossibilidade de se admitir que o comércio das vilas hanseáticas fosse praticado por mercadores iletrados. Davidsohn, *Geschichte von Florenz* [História de Florença], t. I, p. 807, considera que o comércio florentino, desde o século XI, era muito desenvolvido para não exigir daqueles que o praticavam um certo grau de instrução. Cf. ainda A. Luschin von Ebengreuth, *Wiens Münzwesen, Handel und Verkehr im späteren Mittelalter* [Cunhagem, comércio e transporte em Viena na Idade Média tardia], Viena, 1902, p. 106, 107.

não pode deixar de dar algumas previsões sobre as descobertas das investigações posteriores.

Devo acrescentar que essa incursão inicial pouco traz sobre época anterior a meados do século XIII. A partir dessa data, as informações tornam-se suficientemente numerosas para que alguém possa colocar em dúvida a instrução dos mercadores: não se trata de estabelecer um grau. Assim, limitei deliberadamente esse pequeno trabalho ao período das origens. Tentei mostrar quando os mercados sentiram a necessidade de saber ler, escrever e calcular, e a quais meios eles recorreram para se beneficiarem dos seus conhecimentos.⁵

* * *

Antes de tudo, é importante mostrar como e porque o mercador instruído do império romano sucedeu ao mercado iletrado da Alta Idade Média.

Seria, no meu entender, um erro explicar esse fato pelas invasões germânicas do século X e pela decadência geral que elas causaram na Europa Ocidental. Se é tão profunda como se supõe, essa decadência não afetou sensivelmente a vida econômica. Na verdade, essa já se inclinava em direção ao declínio desde o final do século III. Ao comparar o século dos Antoninos com aquele de Diocleciano e Constantino, notam-se traços evidentes em todas as áreas. A população diminui, a indústria desacelera, a circulação monetária comprime-se, as cidades empobrecem e a agricultura observa diminuir seus rendimentos.⁶ O comércio então, e mesmo o comércio de longa distância, não somente não desaparece, como se torna uma condição indispensável da existência social. A navegação mediterrânea continua a manter entre todas as províncias do império um tráfico que as une em uma solidariedade econômica muito potente. As trocas são constantes entre Oriente e Ocidente. O primeiro, muito mais desenvolvido e mais ativo do que o segundo, fornece ao Ocidente os objetos fabricados e as especiarias provenientes da Ásia ou que produz em suas próprias terras, e em retorno das quais o Ocidente exporta ao Oriente cereais, madeiras e metais. Em todos os portos, em todas as cidades da Itália, Gália, Espanha e África, os mercadores, sírios em sua maioria, possuem estabelecimentos com negócios vinculados às mais diversas regiões das bordas do mar Egeu, e se poderia comparar com bastante precisão a influência que exercem com aquela que exercerão, muitos séculos depois, os genoveses e os venezianos no

⁵ Sobre o pouco que se sabe sobre a instrução dos mercadores antes do século XIII, ver A. Schaube, *Handelsgeschichte der Romanischen Völker des Mittelmeergebiets bis zum Ende der Kreuzzüge* [História comercial dos povos românicos da área mediterrânica até o final das Cruzadas], p. 109.

⁶ É suficiente lembrar aqui o belo livro de N. Rostovtzeff, *The social and economic history of the Roman Empire* [A história econômica e social do império romano].

Mediterrâneo ou os hanseáticos no mar Báltico e no mar do Norte.⁷ Para eles, o comércio permanece um fator essencial da vida econômica do império e o perpassa tão intimamente que é capaz de resistir à catástrofe das invasões.

Se os germânicos colocaram fim, no Ocidente, à dominação política do império, eles não puderam e sobretudo não quiseram (como se sabe suficientemente nos dias de hoje), substituir a civilização romana por uma pretensa civilização germânica.⁸ Do império, eles adotaram imediatamente a religião e a língua e conservaram na medida do possível o direito e as instituições. Não é de estranhar uma vez que a organização econômica em vigor nas províncias onde se estabeleceram não sofreu nenhuma transformação significativa por causa da conquista. A unidade mediterrânica da economia antiga subsistiu posteriormente assim como ela existia anteriormente. A Gália merovíngia, para ficarmos apenas nesse exemplo, não apresenta esse respeito nenhum contraste com a Gália romana. Marselha mantém-se o grande porto de comunicação da Gália com o Oriente; os mercadores sírios e os mercadores judeus continuam estabelecidos nas cidades; o papiro do Egito e as especiarias alcançam até o extremo norte da monarquia franca e o movimento comercial é tal ponto dependente do antigo império que os reis francos conservam o *solidus* de ouro como instrumento de troca e padrão de valor. A atividade dos mercadores orientais desperta e conserva ao redor de si os negócios dos mercadores nativos. Em todas as cidades, esses ainda são numerosos e a importância dos seus negócios provém da riqueza perceptível no sucesso arrivista de mais de um entre eles.⁹

Então, é impossível se representar a classe mercantil da época merovíngia como composta de iletrados. Se fosse assim, os vínculos mantidos com o Oriente seriam inconcebíveis. Todas as informações que possuímos sobre as práticas comerciais da época atestam ademais que elas não poderiam ocorrer sem escrita. É suficiente para convencer, observar nas coleções de fórmulas de diversos contratos nos quais tais práticas estavam inseridas. Ademais, nada seria mais fácil do que adquirir nas escolas públicas, que estiveram longe de desaparecer, o conhecimento não somente da leitura e da escrita, mas mesmo do cálculo e dos rudimentos do

⁷ Pode-se encontrar bibliografia relativa a essa diáspora síria em F. Cumont, *Les religions orientales dans l'Empire romain* [As religiões orientais no império romano], 3ª ed., chap. V, notas 4 e seguintes.

⁸ Cf. A. Dopsch, *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der Europäischen Kulturentwicklung* [Fundamentos econômicos e sociais do desenvolvimento cultural europeu], Viena, 2 vols., 1918. No fundo, Dopsch retoma, ainda que por um caminho diferente, a tese de Fustel de Coulanges no que ela possui de essencial. Não mais do que ele, Dopsch não aceita que a invasão germânica tenha alterado radicalmente a ordem das coisas existente ao final do império romano.

⁹ Enquanto aguardo um estudo mais aprofundado, sou obrigado a remeter provisoriamente o leitor a alguns trabalhos meus nos quais apresento os motivos que me levam a considerar a economia dos reinos da Europa Ocidental, antes da invasão muçulmana, como a continuação da economia do império romano. Ver a respeito meus artigos: *Mahomet et Charlemagne* [Maomé e Carlos Magno] (*Revue belge de philologie et d'histoire*, t. I) e *Un contraste économique, Mérovingiens et Carolingiens* [Um contraste econômico: Merovíngios e Carolíngios] (*Ibid.*, t. II), assim como meu livro *Les villes du moyen âge* [As cidades da Idade Média], p. 11 e seguintes.

direito. A enorme abundância de papiro utilizado na Gália até o início do século VIII atesta de maneira notável o quanto a prática da escritura era difundida. E seria demonstrar de uma perspectiva verdadeiramente excessiva que se recusa a crer que os mercadores eram iniciados nessas práticas.¹⁰ Se a pobreza de nossas fontes não nos permite trazer provas decisivas, a verossimilhança deve ser suficiente à nossa elaboração. Da identidade do comércio merovíngio com o comércio das épocas anteriores, deve-se inferir a identidade dos homens que se dedicavam a um como ao outro.

Porém, é evidente que essa cultura não poderia durar mais tempo do que as conjunturas econômicas das quais ela era a consequência necessária. Quando o Islã, ao início do século VIII, terminou de submeter à sua dominação as margens do Mediterrâneo, da Síria à Espanha, o mar que desde a aurora da história não havia cessado de conservar o contrato entre o Ocidente e o Oriente da Europa, passou a ser uma enorme fossa separando um e outro durante longos séculos. Graças a sua frota, o império bizantino conseguiu conservar o domínio do mar Egeu e do Adriática, mas sua navegação não se difundiu além do mar Tirreno. A partir desse ponto, o Mediterrâneo seria um lago muçulmano e se tornou cada vez mais à medida que o Islã tomava suas ilhas e construía poderosas bases navais na costa da África e na Sicília.¹¹

Essa mudança completa das condições que haviam até então determinado a evolução da civilização europeia teve por resultado a substituição, no Ocidente, da economia antiga, que havia sobrevivido à invasão dos germânicos, pela economia que abre o período que a tradição escolar continua a designar sob o nome de Idade Média. Essa economia não era completamente, como se supõe às vezes, uma economia primitiva, mas uma economia de regressão ou, se se deseja de decadência. Sua característica mais marcante, o desaparecimento geral da circulação e, com ela, a extinção do comércio e da indústria não se explica por uma causa interna, mas por uma catástrofe exterior que fechou o mar. Pode-se provar com evidências que a interrupção da navegação mediterrânea pela invasão islâmica teve por consequência a extinção da vida urbana, o desaparecimento da classe mercantil que a mantinha e por fim a substituição de uma economia de trocas, que havia funcionado até então, por uma economia exclusivamente dedicada ao cultivo do solo e ao consumo local de seus produtos.

¹⁰ H. Pirenne, *Le commerce du papyrus dans la Gaule mérovingienne* [O comércio de papiro na Gália merovíngia] (*Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions*, 1928, p. 178 e seguintes).

¹¹ Cf. acima, p. 16, nota 3. [p. 5, nota 9].

Ao mesmo tempo que o comércio, o que poderíamos chamar de uma cultura comercial apaga-se ao longo do século VIII. Aqueles que se envolvem ainda com compra e venda não se constituem mais uma classe especial que exige um mínimo de instrução. Da mesma forma, a instrução desaparece do seio da sociedade laica. Ela não se conserva senão na Igreja, instrumento e beneficiária dessa renovação das letras que se designa, um pouco abusivamente a nosso ver, sob o nome de renascimento carolíngio. Se esse renascimento é assim tão notável, se os clérigos do século IX parecem tão superiores se comparados aos dos séculos VII e VIII, deve-se reconhecer que o progresso do ensino na Igreja teve por contrapartida o desaparecimento definitivo do ensino laico que a sobrevivência das escolas romanas havia permitido subsistir, bem ou mal, nos tempos merovíngios. Sem dúvida, escreve-se muito melhor em latim depois de Carlos Magno do que antes dele, mas se reduz o número daqueles que sabem escrever, pois não se escreve além do clero. A paleografia nos fornece uma demonstração irrefutável. A cursiva romana, cujo uso se mantém até o final do século XVIII em todos os reinos fundados nos territórios do império do Ocidente, é substituída pela minúscula a partir do início da época carolíngia. Essa substituição atesta de maneira gritante como a arte de escrever restringe-se no período. A cursiva é, de fato, característica das civilizações onde a escrita é indispensável a todos os atos da vida social, a necessidade impõe a escrita rápida pois se escreve muito. Por outro lado, a minúscula [carolíngia], traçada com a mão em repouso, responde a uma sociedade onde a arte de escrever tornou-se monopólio de uma classe de letrados. A primeira é criada para a administração e para os negócios, a segunda para o estudo. A diferença dessas características exprime o contraste entre a época na qual a prática da escrita é ainda largamente difundida entre os laicos com outra época na qual ela é monopolizada nas mãos dos clérigos. Uma se apropria bem às necessidades do comércio enquanto a outra se adapta mal. Da mesma forma que a minúscula substitui a cursiva no momento em que a decadência econômica consecutiva à conquista muçulmana faz do mercador um iletrado, veremos reaparecer a cursiva no decorrer do século XIII, isto é, na época em que a renascença do comércio fará novamente indispensável a escrita ao mercador.

Um mínimo de instrução teve que se impor aos mercadores da Europa Ocidental quando, depois da longa estagnação dos séculos IX e X, o tráfico volta a se reanimar e promove a formação das primeiras aglomerações urbanas. Depois, sob a influência da circulação renovada, uma classe de *mercatores* profissionais seria reconstituída. A troca e a circulação de mercadorias tornam-se, ou melhor, tornam-se novamente meios de existência. Os homens em um número cada vez maior

abandonam o trabalho na terra para se dedicar ao novo gênero de vida que, desde as costas de Flandres e dos arredores de Veneza onde a navegação despertava, penetra pouco a pouco no interior. As cidades se formam nos entroncamentos do trânsito, atraindo crescentemente para elas vagabundos e aventureiros que são os ancestrais da burguesia e os renovadores, em nossa história, do capital móvel. Desde o século XI, fortunas consideráveis já haviam sido construídas pelos mais inteligentes entre eles. A partir de então, a inteligência torna-se um meio para alcançar a riqueza. Os lucros do mercador serão mais frutíferos na medida em que ele combine melhor suas compras, escolha mais habilmente seus mercados, calcule de forma mais exata suas oportunidades. Mas para isso um conjunto de conhecimentos são requisitados, dos quais muitos são adquiridos pela prática e pelas viagens, sendo completados pela instrução.

Os negócios dos mercados dos séculos XI e XII são evidentemente muito extensos para que se possa conceber dirigi-los por simples iletrados. Indubitavelmente, a circulação de mercadorias e a circulação de dinheiro exigem a manutenção da correspondência e da contabilidade, sem as quais aquelas atividades seriam impossíveis. Como se poderia admitir que, desde essa época, os mercadores de Flandres pudessem comprar e vender por atacado lã e tecidos da Inglaterra e emprestar consideráveis somas de dinheiro a todo tipo de clientes nobres, se eles tivessem que se fiar em sua memória para saber o estado de suas dívidas e de seus créditos? Incontestavelmente, a necessidade de ter contas impõe-se a eles com muito mais força do que se impunha aos grandes proprietários fundiários, tampouco esses últimos possuíam a necessidade de se corresponder com o exterior. Assim, os comerciantes não se encontravam privados dessa ampliação formidável de horizontes que a leitura, a escrita e o cálculo traziam às atividades individuais.

A pobreza de nossas fontes é muito grande para nos permitir perceber claramente de que forma o ensino e o comércio estavam unidos. Como havia apenas escolas da Igreja e para a Igreja, pode-se supor que, entre os primeiros mercadores, encontrava-se um bom número de clérigos que, seduzidos pela vida comercial, utilizaram nos negócios as vantagens da instrução adquirida anteriormente tendo em vista uma carreira bem diferente. Aliás, pode-se dizer que os graus inferiores do clero não constituíam um impedimento decisivo às profissões laicas. Por que os religiosos do século XI se abstiveram das oportunidades de negócios desde os primórdios do renascimento comercial, quando há exemplos numerosos de clérigos entre os mercadores nos séculos posteriores? Em todo caso, é certo que desde cedo se eles não tomaram parte diretamente do comércio, realizaram-se indiretamente. Graças a seu conhecimento do latim e da escrita, vários deles foram indubitavelmente

empregados para manterem as contas e realizarem a correspondência dos mercadores. Com profundas razões históricas, a palavra “clerc”¹² acabou por designar um escriturário em todas as línguas europeias.¹³ Desde meados do século XI, os membros da guilda mercante de Saint-Omer possuíam a seu serviço um “notário” que se pode considerar como sendo o mais antigo guarda-livros conhecido. Não seria imprudente pensar que suas funções não se limitavam ao registro dos “irmãos” na sociedade [mercantil], mas que o notário certamente acompanhava, na qualidade de contador, os membros da guilda em suas expedições comerciais.¹⁴

Dessa forma, desde o início os mercadores recorreram à escrita dos homens que a Igreja havia instruído em suas escolas. Porém, para eles, era necessário adquirir por si próprios o conhecimento de uma arte tão lucrativa. A ideia de sentar nos bancos da escola onde se instruía o clero acabou sendo aventada pelos mercadores. Aqui, é necessária apenas uma hipótese. Um texto formal permite-nos afirmar a proximidade dessa ideia da realidade. As *Gesta Sanctorum* da abadia de Villers-en-Brabant, ao tratar da infância do monge Abundus, falecido em 1228, indica que esse, sendo filho de um mercador de Huy, havia sido confiado ao convento “a fim de ser capaz de tomar nota das operações comerciais e das dívidas de seu pai”. Mas as intenções completamente pragmáticas de seu pai não foram realizadas. No meio monástico, o jovem tomou tal gosto pelo estudo das letras que, consagrando-se completamente a elas, renunciou aos negócios e foi ordenado monge.¹⁵ A anedota é particularmente instrutiva, fornecendo o exemplo da forma bastante antiga a qual os mercadores recorriam para obter a parte, para eles considerada a mais útil, dos conhecimentos monopolizados pela Igreja. Não se tratava somente de saber ler e escrever. Era igualmente importante ser iniciado na prática do latim, uma vez que era unicamente nessa língua que se preparavam as cartas, tomavam-se as contas, redigiam-se as correspondências. Ler e escrever não significava outra coisa que ler e escrever em latim. Língua da Igreja, o latim tinha que ser e na prática foi a língua do

¹² [Nota do tradutor: a palavra “clerc”, em francês, pode significar tanto escriturário quanto clérigo. O mesmo ocorre em inglês com o termo “clerk”. De forma excessiva, Pirenne generaliza o fenômeno para todas as línguas europeias].

¹³ Nas línguas eslavas, a palavra “diacri” sofreu tal evolução. O vocábulo é outro, mas o fenômeno é idêntico.

¹⁴ G. Espinas e H. Pirenne, *Les coutumes de la gilde marchande de Saint-Omer (Le moyen âge)* [Os costumes da guilda mercantil de Saint-Omer (Idade Média)], 2ª série, t. V, 1901, p. 190 e seguintes. O texto desses costumes é anterior a 1083. O notário é mencionado no §24: “Si quis gildam emerit, juvenis vel senex, priusquam in cartula ponatur, 2 denarios notario, decanis vero duos denarios”. O §25 mostra ainda que o notário comia junto com os deões, sendo os custos pagos pela guilda “in thalamo gildalle”. Deve-se notar que o regulamento da guilda ou beneficência de Valenciennes no século XII fala de um chanceler cujas atribuições eram análogas ao do notário de Saint-Omer. Ver H. Caffiaux (*Mém. de la Soc. des Antiquaires de France*, 4ª série, t. VIII, p. 25 e seguintes). Em Veneza, onde evidentemente a instrução era muito mais difundida entre os mercadores do que no norte da Europa, observa-se ao início do século XII cada embarcação ter a bordo um *notarius*. R. Heynen, *Zur Entstehung des Kapitalismus in Venedig* [As origens do capitalismo em Veneza], Stuttgart, 1905, p. 82.

¹⁵ *Ex gestis Sanctorum Villariensium (Mon. Germ. Hist. Script., t. XXV, p. 232)*: “cum litteratum studiis esset traditus, ea de causa ut patris debita sive commercia stylo disceret annotare, miro modo proficere studuit etc.”.

comércio em seus inícios, pois era a Igreja que permitiu aos mercadores terem inicialmente a instrução que eles não poderiam obter por si próprios.

Uma vez que Abundus morreu em 1225, pode-se conjecturar algumas décadas antes sua entrada no monastério.¹⁶ Seu caso certamente não foi isolado, podemos afirmar assim que ao longo do século XII as abadias e, sem dúvida, diversas escolas eclesiásticas ensinaram os filhos da classe mercantil ao admiti-los em aulas como ouvintes livres, como denominarei aproximadamente. Mas esse ensino comportava todo o tipo de inconvenientes e perigos. Na verdade, receava-se, como a história de Villers mostra de forma precisa, que a vida monástica não atraísse para ela os jovens que as famílias haviam destinado à menos mística das carreiras. Ela era ainda mais temível quando, aos olhos dos monges, o comércio aparecia como uma causa de perdição. Os religiosos mais fervorosos deviam considerar como um dever desviar do comércio os jovens moços que buscavam os meios para se preparar para a lide mercantil. Que estranha iniciação não recebiam eles de mestres imbuídos da ideia que “o mercador não pode, ou apenas o faz com grande dificuldade, salvar sua alma”!¹⁷ Sem dúvida, a desventura do pai de Abundus foi também a de muitos outros. Ao confiar seus filhos aos conventos, os pais arriscavam bastante, podendo não os ver retornar. Por outro lado, as escolas monásticas respondiam muito imperfeitamente às perspectivas dos comerciantes que enviavam seus filhos. O programa escolar permanecia fiel às receitas do *trivium* e do *quadrivium*, comportando ainda ramificações desnecessárias à vida mercantil: gramática, retórica, dialética, canto etc. Era um tempo desperdiçado completamente em detrimento de alunos que não demandavam nada além do aprendizado mais rápido para balbuciar um pouco de latim e desenhar razoavelmente letras em tábuas de cera com estilete ou sobre o pergaminho com a pena.

Muito cedo, os mercadores mais ricos podiam preferir um tipo de ensino, tão perigoso e tão defeituoso por sua vez: o ensino a domicílio. Um texto de Ypres fala de um burguês que pagou um clérigo para instruir seus filhos ou as pessoas de sua família vivendo sob o mesmo tempo. O texto não data, é verdade, que de 1253. Mas é pouco crível que, desde meados do século XII, os negociantes opulentos, cujas casas fortificadas e cobertas de torres davam às cidades de Flandres seus aspectos característicos, tenham esperado tanto tempo para se aperceberem de um meio que

¹⁶ Pode-se notar que o texto pertenceu à Ordem Cisterciense durante vinte e seus anos, mas não se pode saber quando ele foi recebido.

¹⁷ Traduzo, assim, o famoso texto bastante conhecido da escola: “Homo mercator vix aut nunquam potest Deo placere”. [Nota do tradutor: em português, a tradução mais próxima da frase latina seria “o mercador nunca ou dificilmente pode agradar a Deus”].

lhes permitiria dirigir e controlar a instrução dos seus filhos. Nada era mais fácil do que obter mediante pagamento os serviços de um clérigo, transformando-o em tutor.¹⁸

A educação a domicílio, certamente bem melhor adaptada do que a educação monástica às necessidades e aspirações da burguesia mercantil do século XII, era acessível somente a um pequeno número de ricos privilegiados que os textos coevos denominam *majores, divites, otiosi, homines hereditarii*, e àqueles que os historiadores dão, de forma bastante imperfeita, o nome de patrícios. Porém, é evidente que quanto mais crescia o número dos que viviam do comércio e da indústria, mas se generalizava a necessidade de instrução. Os poderes municipais não podiam deixar de lado uma questão tão urgente. Era natural que as regiões que se distinguiam pela rapidez de seu desenvolvimento econômico se ocupavam mais rapidamente do tema. A esse respeito, até onde sei, tal como Flandres esteve a frente do resto da Europa ao norte dos Alpes, suas cidades foram as primeiras a se colocar essa questão das escolas, como podemos chamar.¹⁹

Felizmente, a sorte conservou um número de documentos bastante grande que nos permite ver como a questão das escolas surgiu e de que maneira foi resolvida.

Desde o século X, os condes de Flandres haviam erigido em diversos pontos de seus territórios, cercos fortificados, *burgi* ou *castra*, destinados a servir de local de refúgio à população dos arredores, em caso de guerra, e de centros de administração judiciária e econômica da “castelania” que se estendia ao longo das muralhas, em tempos de paz. Por consequência, habitando periodicamente cada um deles, o conde havia equipado esses locais. Além do um porão para a sua residência e depósitos de todo tipo onde eram acumulados os produtos dos domínios que ele possuía em volta e que servia a sua manutenção e de sua corte durante suas estadias, os condes haviam também fundado e dotado de cabidos de cônegos: São Donaciano no castelo de Bruges, Santa Farailda em Gante, São Winnoc em Bergues, São Pedro em Lille, Santo Amado em Douai, Santo Homero na vila que conserva o seu

¹⁸ “Quicumque burgensis liberos suos seu alios de familia sua manentes in domo propria per clericum suum in domo sua erudiri voluerit, hoc ei licebit, dummodo alios discipulos sub isto praetextu una cum praedictis ipsi clerico non liceat erudire”. Warnkoenig-Gheldolf, *Histoire d'Ypres* [História de Ypres], Paris, Bruxelas, 1864, p. 370. Vê-se que o texto faz alusão a uma prática corrente e sem dúvida já bastante antiga.

¹⁹ Talvez essa informação seja muito categórica. Pesquisas posteriores trarão, caso necessário, as correções necessárias. Em todo caso, o condado de Flandres figura de forma destacada, pois desde o século XII, todas suas grandes cidades são providas de escolas urbanas, quando somente no século XIII que elas aparecem no resto da Europa. Deve-se naturalmente excluir a Itália. A instrução dos mercadores do século XIII parece tão desenvolvida e superior à das regiões do Norte, que se é forçado a admitir que ele se apoia sobre um longo passado (Cf. A. Saporì, *I mutui dei mercanti fiorentini del trecento* [Os empréstimos mútuos dos mercados florentinos no Trezentos]. *Rivista del diritto commerciale*, 1928, p. 223). Infelizmente, há pouco sobre as origens desse ensino. Ressaltei aos eruditos italianos a menção realizada 1256 em Saint-Trond de *scriptores* dos mercadores de Siena. Ver H. Pirenne, *Le livre de l'abbé Guillaume de Ryckel* [O livro do abade Guilherme de Ryckel], Bruxelas, 1896, p. 335.

nome [Saint-Omer].²⁰ Em cada um desses cabidos havia uma escola subordinada que deveria servir originalmente à formação do clero das paróquias da castelania vizinha e educação dos “notários” que o conde empregava para ordenar suas escrituras.²¹

No entanto, no decorrer do século XI, a situação complicou-se quando as aglomerações de mercadores e artesãos (*portus*) começaram a se agrupar em torno das suas fortalezas e, em função mesma de sua profissão, dos imigrantes cada vez mais numerosos que afluíam para elas, sentiu-se a necessidade de um ensino indispensável ao gênero de vida que conduziam. A falta de informações torna impossível saber o que ocorreu durante os primeiros tempos. Parece-se seguro dizer que as escolas capitulares forneceram aos comerciantes das burguesias nascentes os primeiros escreventes empregados na manutenção dos livros mercantis. Ao menos, pode-se conjecturar como sendo bem próximo da realidade que, em meados do século XI, o *notarius* da guilda de Saint-Omer fosse um antigo aluno do cabido castelão.

Os filhos da burguesia seriam admitidos imediatamente nas cidades onde seguiriam os estudos recebidos nas escolas do *castrum*? O exemplo de Abundus, citado anteriormente, permite crer que sim. Em todo caso, é absolutamente certo que, respondendo às suas necessidades, desde o século XII a população urbana se esforça para se prover de escolas e colocá-las sob seu controle.

Sua intervenção no domínio do ensino, que desde tanto tempo pertenceu ao clero, não se fez sem gerar conflitos e contestações inevitáveis. Se a Igreja não levantava nenhuma objeção de princípio à existência de uma instrução destinada aos laicos, por outro lado ela não podia tolerar que essa instrução fosse subtraída a sua autoridade. Nesse ponto ela devia forçosamente se embater com a burguesia. O conflito entre as duas explica-se pela incompatibilidade das perspectivas. A Igreja, bastante estranha às tendências completamente práticas dos mercadores e artesãos, era evidentemente incapaz de adaptar o programa das escolas. Era preciso não um ensino literário e erudito, mas voltado por completo às necessidades da vida comercial. A leitura, a escrita, o cálculo e os rudimentos de latim, era o que se exigia das escolas. Todo o restante aparecia à burguesia como um luxo inútil e uma perda de tempo. Eles exigiam que se aprendesse o indispensável e de forma rápida. Aos seus olhos, cultura clássica, cuja tradição era conservada pela Igreja desde a época

²⁰ H. Pirenne, *Les villes flamandes avant le XII^e siècle* [As cidades flamengas antes do século XII] (*Annales de l'Est et du Nord*, t. I, 1905, p. 18). Parece que o conde de Hainaut introduziu uma organização análoga em Vallenciennes onde Balduino IV (1120-1171) fundou uma escola no castelo. C. Duvivier, *Actes et documents anciens intéressants la Belgique* [Atas e documentos antigos interessantes à Bélgica], t. II, p. 205.

²¹ Sobre as funções dos notários, ver H. Pirenne, *La chancellerie et les notaires des comtes de Flandre avant le XIII^e siècle* [A chancelaria e os notários dos condes de Flandres antes do século XIII] (*Mélanges Julien Havet*, p. 734 e seguintes).

carolíngia, não lhes permitia instruir seus jovens como desejado. No fundo, a questão que se colocava então no seio das primeiras aglomerações burguesas, ainda que sem dúvida de uma forma brutal e rudimentar, era a questão do ensino moderno e profissional.

Pelo que é possível apreender, as nossas fontes mostram algumas peripécias bastante curiosas ocorridas em Flandres.

Por volta de meados do século XII, um incêndio destruiu a igreja, a escola e os arquivos do cabido de Santa Farailda em Gante. Os burgueses ricos estavam ansiosos para aproveitar tal catástrofe para abrirem suas escolas.²² Por sua vez, o monastério de São Pedro, que possuía o direito de patronato sobre as paróquias da cidade, havia aberto outras e pretendia fechar aquelas dos burgueses.²³ Assim, o cabido foi atacado pelos dois lados. Enquanto os religiosos de São Pedro dirigiam-se ao papa, exortando-o a encerrar as aulas que “a insolência dos laicos havia ousado organizar”, os cônegos recorreram à ajuda do conde, suplicando-lhe a confirmação do monopólio de ensino que eles reivindicavam na cidade, sendo possuída desde sempre no *castrum*. O inquérito ordenado por Alexandre III, entre 1166 e 1179, sobre a justificação da queixa dos frades resultou em sua desvantagem, decidindo-se que o direito de ensino pertencia unicamente ao cabido.²⁴ O conde Filipe da Alsácia irá ratificá-lo e obtém do arcebispo Guilherme de Reims em 1179 uma carta corroborando sua decisão. Todavia, surpreende o desejo evidente do conde de satisfazer simultaneamente as pretensões do cabido e os desejos da burguesia. Na realidade, a carta não se limita a reconhecer a Santa Farailda o direito de controlar o ensino. Ela confere ao cônego Simão, que preenchia as funções de notário do conde, a direção das escolas urbanas e institui que ninguém mais poderia as abrir sem o seu consentimento, tanto no castelo de Gante quando na cidade.²⁵ Assim, em 1179, nota-se a existência de escolas que os

²² Carta do arcebispo Guilherme de Reims de 1179 em Miraeus, *Opera diplomatica*, t. II, p. 974.

²³ Bula de Alexandre III (1166-1179) em Van Lokeren, *Chartes et documents de l'abbaye de Saint-Pierre de Gand* [Cartas e documentos da abadia de São Pedro de Gante], t. I, p. 153 (com as datas 1159-1171). Desde sempre – “quantum in memoria hominum est” – os monges pretendiam que ninguém abrisse escola em Gante sem seu consentimento. Ora, a “laica violentia” havia sido introduzida “quandam libertatem legendi”. Essas palavras mostram claramente que se tratavam de escolas abertas por burgueses e livres de todo controle eclesiástico.

²⁴ Não temos nenhuma informação escrita a conclusão da investigação ordenada pelo papa. Porém, o fato que os frades de São Pedro nunca mais tornariam a reivindicar a menor intervenção sobre as escolas da cidade é prova suficiente de que a queixa havia se voltado contra eles.

²⁵ É indispensável transcrever as passagens mais importantes da carta do arcebispo Guilherme citada na nota anterior: “Karissimus in Christo filius noster Philippus Flandriæ et Viromandiæ comes... monstravit quod olim quasi a primo ecclesiæ S. Pharaïldis fundamento, quæ est in Gandensi oppido sita et specialis est capella Flandriæ comitis, scolæ prædicti oppidi assignatæ fuerunt uni canonicorum, ut nullus in eodem oppido sine illius assensu cui a comite scolæ assignatæ fuerunt scolas regere et gubernare præsumeret. Postmodum autem infortunio miserabili, præfato oppido penitus igne consumpto, etiam dicta ecclesia in pulverem et in cinerem redacta, cum privilegia ejusdem ecclesiæ tam de scolis praelibatis quam de eleemosynis sibi collatis fuissent in combustionem et cibum ignis, multitudo civium propter aridentem sibi divitiarum abundantiam et arces domorum (cum) turribus aequipollere videbantur, ultimum modum superbiens, domino suo rebellis, contumax et insolens facta est, ut non solum in regimine scolarum transferendo verum etiam in aliis plerisque jurisdictionem sibi et dominium comitis usurparet. Cum autem ad

burgueses haviam fundado e que não apenas toleradas, mas garantidas pelo conde. Para estabelecê-las, era suficiente obter uma licença do notário Simão, quer dizer de um homem que envolvido com a administração contábil era capaz de compreender o tipo de instrução que deveria ser dispensada nas escolas destinadas aos laicos. Se os burgueses não possuíam mais a completa liberdade de ensino que desejavam obter, ao menos não se contestava a faculdade de manterem um ensino urbano.

Alguns anos mais tarde, eles alcançariam seu objetivo. Em 1191, eles fizeram registrar na carta extorquida à condessa Matilde, “que se qualquer que fosse adequado e capaz quisesse abrir uma escola na cidade de Gante, ninguém a poderia impedir”.²⁶ No mesmo ano, o conde Balduíno IX renovaria essa garantia.²⁷ Apesar disso, o regime que permitia à burguesia ampla liberdade escolar não duraria muito tempo. Em 1235, a condessa Margarida substituiria esse regime por uma disposição bastante diferente. A princesa declarava formalmente que lhe pertencia o controle (*magisterium*) das escolas de Santa Farailda. Como resultado, o deão e os cônegos deviam apresentar a ela anualmente, antes da festa da Páscoa, uma pessoa escolhida entre eles para exercer a direção dessas escolas, que seria mantida em perpetuidade dela e de seus sucessores.²⁸ A superintendência de ensino repassava assim ao poder do cabido. No entanto, era impossível que o cabido dispusesse a sua vontade, pois o conde se reservava o direito de aprovar a nomeação do *magister scholarum* e seu interesse mais visível devia impedi-lo de ratificar uma escolha que descontentasse a burguesia.

O exemplo de Gante, particularmente bem conhecido, ilustra uma situação que, em seus traços principais, pode ser encontrada em outras cidades de Flandres. Em Ypres, o cabido de São Martinho obtém em 1195 de Celestino III a confirmação do

tempora prænominati hujus excellentis comitis... ventum esset, ...ecclesiam S. Pharaïldis scolis atque aliis possessionibus dotavit et ditavit. Nos vero, devotionem ipsius attendentes, ...fibi dilecte fili Symon, scolas ab eodem comite collatas confirmamus, statuentes et sub incommatione anathematis inhibentes, ne quis sine assensu tuo et licentia, in toto Gandensi oppido vel oppidi suburbio scolas regere praesumat”. A carta é dirigida ao “dilecto filio Simoni, Gandensi notário”. Devo acrescentar que M. O. Oppermann, *Die älteren Urkunden des Klosters Blandinium und die Anfänge der Stadt Gent* [Os documentos mais antigos do mosteiro Blandinium e as origens da cidade de Gante], Utrecht, 1928, p. 478 e seguintes, rejeitou a carta do arcebispo como sendo falsamente elaborada no século XIII. Mas essa demonstração não se mantém. Por não incluir a bula de Alexandre III, a carta limita-se a ordenar uma investigação sobre as pretensões de São Pedro com relação às escolas de Gante, indicando que essas escolas pertenciam a São Pedro e não à Santa Farailda. Na realidade, a carta de 1179 é autêntica em todos os pontos, sendo seu conteúdo corroborado pelo que sabemos da história de Gante, sobre a qual M. Oppermann possui apenas um conhecimento muito defeituoso.

²⁶ “Si quis in Gandavo scolas regere voluerit, sciverit et potuerit, licet ei, nec aliquis poterit contradicere”. Warnkoenig-Gheldolf, *Histoire de la Flandre et de ses institutions* [História de Flandres e de suas instituições], t. III, p. 229. Atribui-se geralmente a data da carta ao ano de 1192. Na realidade, ela é de agosto-outubro de 1191.

²⁷ *Ibid.*, p. 232.

²⁸ Warnkoenig, *Flandrische Staats- und Rechtsgeschichte* [História do Estado e história jurídica de Flandres], t. II, Urkunden, I, p. 41. Essa disposição substituiu uma outra ligeiramente diferente do mesmo ano. Ver Warnkoenig-Gheldolf, *loc. cit.*, p. 268. Essa buscava estabelecer a transição entre os direitos adquiridos pelo diretor das escolas e o novo regime recebido anual de funções.

seu direito de consentimento à abertura de qualquer escola na cidade.²⁹ Pode-se concluir então que esse direito já havia sido contestado. A decisão do papa não põe fim às dificuldades. Sem dúvida, elas permanecem até o compromisso entre o cabido e o escabinato concluído em 1253.³⁰ Esse ato decide que haveria a partir de então em Ypres três grandes escolas (*scolæ majores*), cujos mestres (*rectores*) seriam nomeados pelo cabido. Os professores não poderiam dos estudantes uma contribuição anual superior a 10 sous. Era proibido pedir-lhes sob o pretexto de sangria, para compra de esteira de palha ou de juncos para o chão da sala de aula ou para fabricação de tinta. Eles abstiveram igualmente de realizar coletas entre eles e de recebê-las em pão.³¹ Em troca, as escolas não precisariam se preocupar com a concorrência do ensino a domicílio. No futuro, os burgueses que educavam seus filhos por um clero privado não poderiam mais admitir nas aulas crianças estranhas a sua família. Quanto às escolas menores (*parvæ scolæ*), cujo programa não sia além da leitura de Catão, poderiam ser abertas por quem quisesse, sem necessidade de obter licença do cabido ou dos escabinos.

Assim, em meados do século XIII, o ensino urbano estava amplamente organizado nas cidades flamengas. Todas, grandes e pequenas, possuíam escolas agora. A instrução não se limitava aos conhecimentos primários. Certamente, não é apenas em Ypres que se encontravam as *scolæ majores* e as *scolæ minores*. Essas últimas eram suficientes aos filhos dos negociantes e dos artesãos.³² Nas outras, sem dúvida, formavam-se os clérigos que assim que terminavam seus estudos atuavam como escrivães públicos, escreventes do escabinato e funcionários do comércio.

A presença abundante desses últimos foi bastante grande desde o século XIII. Os mercadores mais ricos e os industriais mais notáveis os empregavam na escrituração dos seus livros e de sua correspondência. Encontramo-los em Douai na casa de Simon Malet,³³ Johan Boinebroke³⁴ e tudo o que sabemos a seu respeito

²⁹ Feys e Nelis, *Cartulaire de la prévôté de Saint-Martin à Ypres* [Cartulário do preboste de São Martinho em Ypres], t. I, p. 31.

³⁰ Warnkœnig-Gheldolf, *Histoire d'Ypres* [História de Ypres], p. 369. O compromisso é datado de 6 de novembro. Ele foi certamente provocado pela bula de Inocêncio IV de 9 de fevereiro de 1253 (*Ibid.*, p. 367) ordenando, após a queixa dos escabinos de Ypres, a realização de uma investigação com relação ao direito que se arrogava o cabido de São Martinho de excomungar os escabinos por ocasião das suas interferências sobre as prerrogativas do Cabido em matéria de ensino.

³¹ "Pro pactis autem rectores dictarum scolarum non poterunt exigere ab aliquo scolarium suorum ultra summam decem solidorum, qua summa erunt contenti, nec poterunt pro minutione, nec pro stramine, nec pro jencis, nec pro gallis, nec aliqua alia de causa ultra dictam summam aliquid exigere, nec de pane puerorum aliquid accipere nec tallias in dictis scolis facere".

³² No século XIII, parece provável que vários deles sabiam ler e escrever. Ao final do século XIII, uma "extensora" de campo de batalha [tendeur aux lices] em Douai remete a seus escritos "para reivindicar uma dívida". G. Espinas e H. Pirenne, *Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre* [Compilação de documentos relativos à história da indústria de tecidos em Flandres], t. II, p. 190. Na mesma época, um acabador de tecidos reclamava seu salário para a preparação de 400 castanhos, dizendo que "tanto o havia escrito". *Ibid.*, p. 201.

³³ H. R. Duthilloeul, *Douai et Lille au XIII^e siècle* [Douai e Lille no século XIII], Douai, 1850, p. 26, 62.

podemos aplicar a seus semelhantes em Gante, Bruges, Ypres, Lille e Arras. O comércio de dinheiro e o de mercadorias haviam então atingido tal amplitude que exigiam a colaboração contínua da pena. Não havia homem de negócios de alguma importância que não conservasse cuidadosamente em uma “ucha”³⁵ seus livros mercantis, seus quirógrafos e suas cartas.

No século XIII, as feiras de Champagne, que são para os mercadores e industriais de Flandres tanto um mercado permanente quanto uma “clearing house”³⁶, geram uma correspondência perpétua. Durante sua realização, os “escreventes das feiras” vão e vem continuamente entre Troyes, Provins, Lagny, Bar-sur-Aube e as grandes cidades da bacia do Escalda, a mala inchada de pergaminhos onde se registra o movimento dos negócios mais importantes ao norte dos Alpes.³⁷

Desejava-se saber como o ensino era realizado nas escolas onde os mercadores de Flandres haviam adquirido sua instrução. Devemos nos resignar a conhecer muito pouco. De início, certamente, o início era feito em latim. Vimos anteriormente que o *Catão*, isto é o manual escolar tão difundido na Idade Média sob o nome de *Distica Catonis*, era utilizado nas escolas menores. Nas maiores, devia-se aplicar particularmente à redação de cartas missivas. Um manuscrito curioso da Biblioteca da Universidade de Gante, datada do final do século XIII, abrange uma boa quantidade de modelos epistolares que certamente os mestres ditavam aos seus alunos. Observam-se, ao lado de cartas tratando de uma variedade extraordinária de assuntos eclesiásticos e civis, exemplos curiosos de correspondência comercial.³⁸ Citarei nesse gênero, o pedido dirigido pela abadia de São Pedro de Gante aos agentes de cobrança dos direitos fiscais sobre o rio Escalda para permitir passar livremente dois barcos carregados de cinquenta e quatro barris de vinho e a recomendação de um burguês de Bruges a um correspondente inglês de não enviar nenhuma mercadoria para Flandres antes de ser informado por ele de que a condessa de Flandres e o duque de Brabante haviam suspendido o embargo que eles viriam a lançar sobre todas as remessas provenientes da Inglaterra.³⁹

³⁴ G. Espinas e H. Pirenne, *Recueil de documents relatifs à l'histoire de l'industrie drapière en Flandre* [Compilação de documentos relativos à história da indústria de tecidos em Flandres], t. II, p. 188.

³⁵ Em 1301, Jacques Le Blond de Douai possuía “uma ucha... onde depositava várias cartas, várias correspondências e vários quirógrafos de dívidas devidas a ele em Brabante e alhures”. G. Espinas, *La vie urbaine de Douai au moyen âge* [A vida urbana de Douai na Idade Média], t. IV, p. 6.

³⁶ Nota do tradutor: em inglês, no original.

³⁷ Duthilloeuil, *op. cit.*, p. 26, 55, 74, 76, 130.

³⁸ N. de Pauw, *La vie intime en Flandre au moyen âge d'après des documents inédits* [A vida íntima em Flandres na Idade Média segundo documentos inéditos] (*Bullet. de la Commission royale d'histoire*, t. LXXXII, 1913, p. 1 e seguintes).

³⁹ Acredito ser interessante apresentar o texto *in extenso*, como exemplo da correspondência comercial: “Viro provido et discreto tali, civi talis loci in Anglia, talis opidanus brugensis, salutem in Domino, et suis profectibus tam intenta sagacitate quam debita fidelitate per omnia sicut in propriis banelare. Discretioni vestre significo quod universa bona, tam per aquam quam per terram, de universis Aglie partibus Flandrie adducta, tam a duce Brabantie quanto comitissa Flandrie, perfinaciter arrestantur. Idcirco discretioni vestre

A escrita do documento manuscrito em questão corresponde à característica do seu conteúdo. É uma pequena cursiva gótica que se pode considerar como o tipo de escrita que se aprendia a traçar nas escolas urbanas.⁴⁰

Na época indicada pelo manuscrito, ou seja, na segunda metade do século XIII, o latim era somente a língua que servia para iniciar as crianças na leitura e na escrita. Traduziam-se para seu uso os dísticos de Catão na língua vulgar. As escolas da burguesia deviam necessariamente colocar seus alunos para escreverem na linguagem que seria empregada em suas vidas. Sem dúvida, elas contribuíram de forma eficaz para introduzir o seu uso nos atos da administração corrente e dos negócios. Se a carta mais antiga em latim vulgar que se possui (1204) provém de Douai, pode-se supor com justiça que a razão reside no poderoso desenvolvimento comercial do condado de Flandres que havia difundido o ensino laico de forma muitíssimo mais ampla e ativa do que em outros locais. Em outra cidade flamenga, Ypres, as incontáveis cartas da feira, elaboradas no decorrer do século XIII, substituíram o latim pelo francês.⁴¹

A despeito de sua pobreza, essas poucas notas são suficientes para mostrar que o comércio da Idade Média não foi um comércio de iletrados. Pelo contrário, a instrução dos mercadores é um fenômeno tão antigo quanto o renascimento econômico. É um fato de um enorme impacto, pois ela prova com evidências que os mercadores medievais não eram continuadores dos *mercatores* dos séculos IX e X. Se eles não exercessem, como esses, senão o pequeno comércio local, não teriam a necessidade de se instruírem. É a extensão do seu tráfico que impõe a necessidade da leitura e da escrita, forçando-os a tomar os clérigos a seu serviço, a frequentar as escolas da Igreja e, por fim, a fundar um ensino laico nas cidades, que seria o primeiro conhecido na Europa desde a extinção, por volta do século VII, daquele existente na Antiguidade.

Traduzido por Bruno Aidar Costa

significo sane consulando, deprecior et exoro, quatinus omnino nulla bona transmittere presumatis versus Flandriam vel Brabantiam, donec supra hiis vobis securitatis litteras transmisero speciales". N. de Paw, *op. cit.*, p. 55.

⁴⁰ Pode-se encontrar um documento fac-similado em H. Pirenne, *Album belge de diplomatique* [Albúm belga de diplomática], plancha XXXI.

⁴¹ G. des Marez, *La lettre de foire à Ypres au XIII^e siècle* [A carta de feira em Ypres no século XIII], p. 8.